SÍNTESE N.º 8

PLANAPP
Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Grandes Opções 2024-2028

Síntese

Janeiro 2025

FICHA TÉCNICA

Título
Grandes Opções 2024-2028 - Síntese

Autoria
PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Data
Janeiro 2025

Nota: Este documento de síntese foi elaborado pelo PLANAPP e não constitui a versão integral da proposta de Lei das Grandes Opções 2024-2028 aprovada no parlamento e publicada em Diário da República, aqui.

PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas
Campus XXI, Av. João XXI, n. 63
1000-300 Lisboa
planapp@planapp.gov.pt
www.planapp.gov.pt

Índice

Índice 3
Índice de Quadros e Tabelas 4
1. Grandes Opções 2024-2028 5
1.1. Contexto e perspetivas 5
1.2. Financiamento e alinhamento 9
2. Um país mais justo e solidário 13
3. Um país mais rico, inovador e competitivo 15
4. Um país com um Estado mais eficiente 19
5. Um país mais democrático, aberto e transparente 21
6. Um país mais verde e sustentável 23
7. Um país mais global e humanista 27
Anexo 30

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1 - Indicadores de contexto referentes à situação nacional das Grandes Opções 2023-2026 6
Quadro 2 - Financiamento das medidas de política e fontes de financiamento das Grandes Opções 2024-2028 (M€)..... 9
Quadro 3 - Alinhamento das agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030 e das recomendações específicas por país dirigidas a Portugal, com os desafios estratégicos das Grandes Opções 2024-2028 11
Quadro 4 - Alinhamento das medidas dos desafios estratégicos das Grandes Opções 2024-2028 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU 12

Tabela 1 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais justo e solidário, por área de política 13
Tabela 2 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais rico, inovador e competitivo, por área de política 16
Tabela 3 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente, por área de política 20
Tabela 4 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais democrático, aberto e transparente, por área de política 22
Tabela 5 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais verde e sustentável, por área de política 24
Tabela 6 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais global e humanista, por área de política 28

1. Grandes Opções 2024-2028

As Grandes Opções 2024-2028 (GO 2024-2028) correspondem às orientações e escolhas fundamentais de política pública económica, social, ambiental e territorial até 2028, as quais estão assentes em seis desafios estratégicos:

- Um país mais justo e solidário (1P+JS);
- Um país mais rico, inovador e competitivo (1P+RIC);
- Um país com um Estado mais eficiente (1PE+E);
- Um país mais democrático, aberto e transparente (1P+DAT);
- Um país mais verde e sustentável (1P+VS);
- Um país mais global e humanista (1P+GH).

No conjunto, os seis desafios estratégicos estruturam a implementação de um universo de medidas de política pública focadas em fazer de Portugal um país melhor. Embora com uma perspetiva de horizonte geracional, as GO 2024-2028 não deixam de incluir medidas de efeito imediato e outras de alcance mais vasto e longínquo.

1.1. Contexto e perspetivas

O contexto das GO 2024-2028 é exposto por uma seleção de indicadores referentes à situação nacional, que de modo sintético, informam sobre o ponto de partida a partir do qual foram feitas as escolhas e estabelecidas as prioridades de política económica, social, ambiental e territorial para o período de referência (*Quadro 1*).

Quadro 1 - Indicadores de contexto referentes à situação nacional das Grandes Opções 2023-2026

Desafio	Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
				2010	2015	2023	
Um país mais justo e solidário	Emigrantes permanentes de nacionalidade portuguesa		N.º	21 796	39 847	29 523 (2022)	
	Rendimento disponível ajustado bruto das famílias *per capita*		€ (10^3)	16,41	16,57	21,42 (2022)	
Um país mais rico, inovador e competitivo	Produtividade (PIB real por trabalhador) (*)		€	39 141	39 949	42 511	
	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia		%	3,07 (2011)	3,81	5,05	
Um país com um Estado mais eficiente	Utentes com médico de família	Norte	%	-	98,77 (2016)	97,57	
		Centro	%	-	97,27 (2016)	85,08	
		Lisboa e Vale do Tejo	%		83,31 (2016)	70,13	
		Alentejo	%	-	96,52 (2016)	82,12	
		Algarve	%	-	84,10 (2016)	77,65	
Um país mais democrático, aberto e transparente	Tempo para resolução processual	Cível	Dia	-	824	576	
		Penal	Dia	-	227	233	
Um país mais verde e sustentável	Água não faturada nos sistemas em baixa (**)		%	18,70	30,10	27,10	
	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação		%	4,20	9,10	5,00	
Um país mais global e humanista	IDE de países CPLP (***)		€ (10^6)	2 914	5 180	6 516	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); EUROSTAT, Banco de Portugal, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e de Resíduos (ERSAR) e Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

Notas: (*) Cálculo com base em INE – Contas Nacionais; (**) Água não faturada nos sistemas em baixa, dá uma indicação da eficiência hídrica e perdas no sistema, sendo positiva a sua redução; (***) Cálculo com base em Banco de Portugal; "-" dado não disponível.

Esta seleção de indicadores de contexto é apresentada a partir de cada um dos desafios estratégicos, pelo que fornece informação agregada e atualizada de natureza diversa – social, económica, ambiental, territorial ou outra – relevante para enquadrar e fundamentar as principais orientações contidas nas GO 2024-2028.

Como referido, as GO 2024-2028 respondem a desafios imediatos e aos futuros de médio e longo-prazo, na medida em que os antecipam, sendo que estes últimos devem ter em consideração o impacto que as megatendências terão sobre o país.

Megatendências e impactos em Portugal

As megatendências são processos de transformação a longo prazo com âmbito alargado e impacto profundo, observáveis no presente e que continuarão a exercer a sua influência durante décadas. Podem ser de natureza social, económica, ambiental, política, tecnológica ou combinar várias destas vertentes. No âmbito da equipa multissetorial de prospetiva da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), foi identificado um conjunto de nove megatendências globais com impacto em Portugal.

Agravamento das alterações climáticas

O aumento de temperatura de 1,5º C face ao período pré-industrial será muito provavelmente atingido antes do final da presente década, contrariando a meta estabelecida no Acordo de Paris, e poderá ser acompanhado de fenómenos climáticos extremos que causarão danos económicos e colocarão em causa a segurança das populações.

Impactos em Portugal: períodos de seca prolongada cada vez mais frequentes – a par de outros fenómenos extremos – com aumento da probabilidade de falhas na produção agrícola, de maior volatilidade dos preços dos alimentos e da dependência alimentar face ao exterior. A subida do nível do mar pressionará as zonas costeiras onde se concentra a maioria da população e muita da atividade económica. As ondas de calor representarão um risco para a saúde humana.

Pressão crescente sobre os recursos naturais

A procura global dos recursos naturais poderá duplicar até 2060. A procura alimentar global irá crescer até 2050 e a produção de calorias terá de aumentar 56%, o que implicará mais 593 mil hectares de terra cultivada. Até 2050, o consumo final de energia a nível global poderá aumentar 0,7% ao ano.

Impactos em Portugal: maior conflito pelo uso da água entre as utilizações humana, energética e agrícola. Será assumido um papel cada vez mais destacado nas negociações com Espanha sobre a partilha de recursos hídricos. Portugal poderá encontrar oportunidades de desenvolvimento económico, se aprofundar a aposta na promoção da economia circular e explorar os recursos minerais e marinhos sob a sua jurisdição de forma adequada.

Diversificação e mudança dos modelos económicos

As escolhas entre a integração física e virtual, ou a fragmentação e o isolamento, moldarão o curso da globalização nos próximos anos. A globalização dificilmente será revertida, mas poderá passar a operar numa dinâmica de maior variedade de modelos económicos que estarão, simultaneamente, em cooperação e competição entre si.

Impactos em Portugal: o país tem uma economia integrada nos circuitos da globalização e sujeita às dinâmicas de integração/fragmentação. A aplicação do conceito de autonomia estratégica aberta e a reconfiguração dos fundos europeus poderão ter impactos profundos. Um reforço da autonomia poderá implicar uma recuperação das atividades mineira e industrial em território nacional num quadro de sustentabilidade.

Evoluções demográficas divergentes

O crescimento populacional, em simultâneo com o envelhecimento, será desigual entre regiões. A população mundial deverá atingir um máximo de 10 mil milhões de pessoas até 2050, iniciando então uma fase decrescente. O envelhecimento será uma das transformações mais significativas do século XXI, com profundos impactos sociais.

Impactos em Portugal: estima-se que em 2050 haverá 297,2 pessoas idosas por cada 100 jovens. O envelhecimento da população levará a uma maior procura de serviços de saúde, mas também pode ter efeitos socioeconómicos negativos por via da diminuição da população ativa e da crescente pressão sobre os sistemas de segurança social. A população portuguesa será mais diversa étnica e culturalmente e haverá um reforço da língua portuguesa no mundo, fruto do crescimento populacional nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Um mundo mais urbano

Em 2050, 68% da população mundial viverá em cidades. As cidades tendem a proporcionar uma melhor utilização de recursos e mais oportunidades, apesar de serem mais afetadas por problemas como a habitação precária ou a degradação ambiental. As cidades serão o palco e os atores de muitas das dinâmicas que moldarão o século XXI.

Impactos em Portugal: a tendência de urbanização é concomitante com a litoralização e é previsível que os dois fenómenos se mantenham ao longo das próximas décadas. A acumulação de pessoas na faixa litoral, por um lado, criará externalidades positivas e, por outro lado, acentuará os obstáculos à coesão territorial e ao desenvolvimento equilibrado do país.

Um mundo mais digital

Haverá uma evolução exponencial do volume de dados, do desenvolvimento da internet das coisas e da inteligência artificial (IA). A análise de dados para a tomada de decisões estratégicas só será possível com algoritmos cada vez mais sofisticados. Disseminar-se-á o emprego relacionado com os dados e as tecnologias digitais, exigindo uma atualização constante das competências dos trabalhadores.

Impactos em Portugal: o país acompanha as tendências de desenvolvimento das economias e sociedade digitais e tem potencial para se destacar em áreas como a IA, a cibersegurança, as energias renováveis e a mobilidade sustentável. No entanto, existem também desafios, como a capacitação digital da população, a inclusão digital das áreas mais remotas, o combate à desinformação e os ciberataques.

Aceleração do desenvolvimento tecnológico

A aceleração do desenvolvimento tecnológico prolongar-se-á pelas próximas décadas. Novos materiais, sistemas de fabricação inteligente e tecnologias digitais poderão causar avanços e disrupções de largo espetro nos custos, nas cadeias de abastecimento, no mercado de trabalho, no emprego e na descarbonização.

Impactos em Portugal: novas tecnologias criarão produtos, processos e empregos, mas a procura global de talentos poderá incentivar a emigração de pessoas qualificadas. O domínio marítimo de Portugal será vital para o país acelerar o conhecimento dos oceanos e para a sustentabilidade. A tecnologia moldará a autonomia estratégica e a competitividade do país.

Um mundo multipolar

O centro de gravidade da economia mundial deslocar-se-á mais para Este e para Sul, com o crescimento de países como China, Índia, Brasil e outros. Numa configuração geopolítica mais fluída, alguns destes novos atores tentarão defender militarmente os seus interesses. A União Europeia (UE) poderá ter dificuldades políticas neste novo cenário mundial devido aos seus mecanismos de tomada de decisão e a conflitos internos.

Impactos em Portugal: o país está integrado no bloco UE-OTAN, sendo decisiva a evolução futura desse bloco. Portugal poderá alavancar o seu domínio marítimo e a localização atlântica, a CPLP ou a sua a inserção nas rotas internacionais de mercadorias e de dados, procurando ter uma voz ativa nas decisões do bloco e ajustando-se melhor às suas evoluções futuras.

Novos desafios à democracia

A persistência das desigualdades e a influência de atores não estatais capazes de rivalizar com os Estados serão um desafio à democracia. A própria resposta das democracias a ameaças internas e externas poderá conduzir a tentativas de limitar os direitos fundamentais. Tais desafios ao Estado de direito poderão ainda dificultar a gestão política do bloco UE-OTAN.

Impactos em Portugal: o combate às desigualdades será crucial para a vitalidade da democracia e a confiança nas instituições. As redes sociais poderão catalisar ativismos políticos e sociais, mas também propagar desinformação e ódio. Num contexto europeu de conflito, Portugal deve enfrentar os desafios e consolidar-se como uma voz cada vez mais ativa na sua resolução.

1.2. Financiamento e alinhamento

As Grandes Opções 2024-2028 assentes em seis desafios estratégicos, concretizam-se num conjunto de medidas de política pública com financiamento plurianual cujas fontes abrangem fundos nacionais e europeus (*Quadro 2*). Estas fontes incluem:

- Fontes de financiamento nacionais, onde se destaca o Orçamento do Estado, que inclui o Orçamento da Segurança Social, o Fundo Ambiental (FA) e o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC);
- Fontes de financiamento europeias, das quais se salientam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); e o Acordo de Parceria Portugal 2030 (PT 2030), que agrupa o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, Pescas e Aquicultura (FEAMPA); o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) que engloba o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); e outros fundos europeus a que Portugal acede como o Mecanismo Interligar a Europa (MIE), Horizonte Europa (HE), Programa Europa Digital, InvestEU, Programa Ambiente e Ação Climática (LIFE), Fundo para o Asilo, a Migração e Integração (FAMI), Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras e o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEA Grants Portugal.

Quadro 2 - Financiamento das medidas de política e fontes de financiamento das Grandes Opções 2024-2028 (M€)

DESAFIOS ESTRATEGICOS	Programação plurianual (M€)					Fontes de financiamento (M€)				Total
	2024	2025	2026	2027	2028	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras Fontes Europeias	
Um país mais justo e solidário	1 132	1 240	1 369	987	975	688	1 828	3 186	0	5 703
Um país mais rico, inovador e competitivo	2 756	3 857	4 113	2 604	2 344	1 203	6 651	7 821	0	15 674
Um país com um Estado mais eficiente	647	688	779	163	146	84	1 870	470	0	2 424
Um país mais democrático, aberto e transparente	62	157	115	0	0	0	333	0	0	333
Um país mais verde e sustentável	4 690	6 981	9 194	6 417	6 070	12 308	7 489	6 857	6 699	33 353
Um país mais global e humanista	121	154	151	10	10	0	406	40	0	446
Total	**9 408**	**13 078**	**15 721**	**10 182**	**9 545**	**14 283**	**18 577**	**18 375**	**6 699**	**57 934**

Nota: As fontes de financiamento nacionais incluem valores da Contrapartida Pública Nacional (CPN) e do Fundo Ambiental; as fontes europeias incluem valores associados ao PEPAC, ao MIE e ao FEAMPA.

As projeções de execução para o PRR e para o PT 2030 têm em consideração a diferente natureza destes instrumentos e o respetivo estágio de execução.

As medidas de política financiadas pelo PRR incluem as previsões de pagamento a beneficiários diretos e finais para o período 2024-2028, não sendo considerados os montantes já transferidos, por isso, os valores não são comparáveis com os valores globais do PRR.

Também para o PT 2030 os montantes apenas consideram o financiamento através do FEDER, do FSE+, do FC e do FTJ, não incluindo FEAMPA, nem o FAMI.

É considerada uma estimativa para CPN dos fundos incluídos no PT 2030, no PEPAC, MIE ou outros.

No caso do FA, o exercício teve como base os dados de 2024 para a receita e despesa orçamentadas, tendo sido projetada em primeiro lugar a receita e a despesa foi projetada de forma que o seu total fosse sempre igual ao total da receita.

As GO 2024-2028, assentes nos seus seis desafios estratégicos, assumem uma orientação convergente com a Estratégia Portugal 2030[1] e com as Recomendações Específicas por País (REP) dirigidas a Portugal, em 2024, pela Comissão Europeia, no âmbito da governação económica da UE, denominada Semestre Europeu, conforme representado no *Quadro 3*.

A Estratégica Portugal 2030 é um instrumento de planeamento que enquadra o desenho de instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente a aplicação dos fundos europeus.

Neste sentido, os desafios estratégicos das GO 2024-2028 têm uma relação próxima com dois outros instrumentos de planeamento: o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em execução até 2026, cuja dotação global é de 22,2 mil milhões de euros após reprogramação e o Acordo de Parceria Portugal 2030 (PT 2030) em execução até 2029, com uma dotação global de 23 mil milhões de euros. O PT 2030 é implementado através de doze programas: quatro de âmbito temático, sete de âmbito regional, um de assistência técnica, a que acrescem os dez Programas de Cooperação Territorial Europeia em que o país participa.

Relativamente às REP consideradas no alinhamento com as GO 2024-2028, foram apresentadas ao Conselho da UE pela Comissão Europeia a 19 de junho de 2024 para aprovação.

[1] Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020 de 13 de novembro.

Quadro 3 - Alinhamento das agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030 e das recomendações específicas por país dirigidas a Portugal, com os desafios estratégicos das Grandes Opções 2024-2028

		DESAFIOS ESTRATÉGICOS					
Agendas temáticas da Estratégia Portugal 2030		1 País + JS	1 País + RIC	1 País E + E	1 País + DAT	1 País + VS	1 País + GH
AG. 1	As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	●●●	●●	●●	●	●●	●
AG. 2	Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	●●	●●●	●●●	●	●●	●
AG. 3	Transição climática e sustentabilidade dos recursos		●●		●	●●●	●
AG. 4	Um país competitivo externamente e coeso internamente	●●	●●●	●●	●●	●●●	
Recomendações Específicas por País dirigidas a Portugal em 2024		1 País + JS	1 País + RIC	1 País E + E	1 País + DAT	1 País + VS	1 País + GH
REP 1	• Submeter atempadamente o Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio Prazo • Limitar o crescimento das despesas líquidas em 2025 • Descontinuar as medidas de apoio energético de emergência • Melhorar a eficácia do sistema fiscal, e reforçar a sustentabilidade da Segurança Social	●●●	●●●	●●●		●●	
REP 2	• Reforçar a capacidade administrativa para melhor absorver fundos europeus e manter impulso na implementação de reformas • Acelerar a execução dos programas da política de coesão • Reforçar as medidas de mitigação dos riscos das alterações climáticas, no quadro da revisão intercalar da política da coesão	●	●●●	●●	●●	●●	
REP 3	• Melhorar a gestão dos recursos hídricos		●	●		●●●	●
REP 4	• Reforçar a capacidade da rede de transmissão e distribuição de eletricidade		●●	●		●●●	

Legenda: ●●● contributo muito relevante | ●● contributo relevante | ● contributo

Nota: As REP são uma versão sintetizada da versão original.

Quanto ao alinhamento das GO 2024-2028, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estruturam as metas definidas na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o *Quadro 4* espelha o resultado agregado das medidas de política pública mais relevantes enunciadas em cada um dos seus desafios estratégicos (um país mais justo e solidário; um país mais rico, inovador e competitivo; um país com um Estado mais eficiente; um país mais democrático, aberto e transparente; um país mais verde e sustentável e um país mais global e humanista).

Quadro 4 - Alinhamento das medidas dos desafios estratégicos das Grandes Opções 2024-2028 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		DESAFIOS ESTRATÉGICOS					
		1 P + JS	1 P + RIC	1 P E + E	1 P + DAT	1 P + VS	1 P + GH
	1 – Erradicar a pobreza	●				●	
	2 – Erradicar a fome					●	
	3 – Saúde de qualidade	●	●	●	●	●	
	4 – Educação de qualidade	●	●		●	●	
	5 – Igualdade de género	●					
	6 – Água potável e saneamento					●	
	7 – Energias renováveis e acessíveis					●	
	8 – Trabalho digno e crescimento económico	●	●	●	●	●	●
	9 – Indústria, inovação e infraestruturas		●	●		●	
	10 – Reduzir as desigualdades	●	●				●
	11 – Cidades e comunidades sustentáveis	●	●			●	●
	12 – Produção e consumo sustentáveis			●		●	
	13 – Ação climática					●	
	14 – Proteger a vida marinha		●			●	●
	15 – Proteger a vida terrestre				●	●	
	16 – Paz, justiça e instituições eficazes	●	●	●	●	●	●
	17 – Parcerias para a implementação dos objetivos	●	●	●	●	●	

Legenda: ● contributo do desafio estratégico das GO 2024-2028

Os capítulos seguintes deste documento apresentam os principais objetivos estratégicos e as medidas de política pública das Grandes Opções 2024-2028 para cada um dos seus desafios estratégicos:

- Um país mais justo e solidário;
- Um país mais rico, inovador e competitivo;
- Um país com um Estado mais eficiente;
- Um país mais democrático, aberto e transparente;
- Um país mais verde e sustentável;
- Um país mais global e humanista.

De modo semelhante, o Anexo deste documento apresenta para cada um destes desafios estratégicos os seus indicadores de contexto, as suas metas estratégicas, os instrumentos de planeamento associados e ainda a programação dos investimentos.

O Anexo inclui igualmente o Quadro Plurianual das Despesas Públicas[2].

[2] A responsabilidade de elaboração do Quadro Plurianual das Despesas Públicas é do Ministério das Finanças

2. Um país mais justo e solidário

Um dos objetivos deste desafio estratégico é a criação de condições para que os jovens tenham possibilidade de ficar em Portugal através da adoção de políticas transversais como, por exemplo, as políticas de aumento da natalidade e de apoio à família, nomeadamente na proteção das crianças, educacionais, económicas e de saúde, pelo aumento das atividades física e desportiva da população. Incluem-se também o emprego, os salários (aumento do salário mínimo para 1 000 euros em 2028 e o salário médio poder atingir em 2030, 1 750 euros), a mobilidade laboral, os períodos experimentais, o tempo de trabalho, a extinção de vínculos laborais e a segurança e saúde no trabalho.

Outro objetivo estratégico é o reforço dos dispositivos de apoio e proteção da população mais idosa, e de adaptação ao envelhecimento populacional, que se materializa através de políticas de promoção do envelhecimento ativo e digno, proteção de dependentes, benefícios sociais, combate à pobreza e sobretudo pelo reforço do complemento solidário para idosos (CSI), que atingirá 820 euros em 2028, garantindo que os reformados em situações mais vulneráveis possam viver com dignidade.

“Um país mais justo e solidário” exige do sistema de segurança social o compromisso de ser mais simples, previsível, justo, mais inclusivo, transparente, eficiente e universal na sua relação com os cidadãos. Exige igualmente que seja uma rede de segurança e estável, caracterizado pela sustentabilidade em relação às contribuições e aos benefícios.

Por último, salientam-se a inclusão e a promoção da igualdade, o combate às discriminações em razão do género, etnia, raça, religião ou orientação sexual, a inclusão de pessoas com deficiência baseada nos princípios da não segregação e não exclusão.

Os vários objetivos estratégicos abrangem dois domínios de política: um país com futuro para os jovens e crianças e um país que promove a igualdade, valoriza o trabalho e protege as pessoas. Estes, por sua vez, englobam várias áreas de política que incluem um conjunto medidas que constam da *Tabela 1*.

Tabela 1 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais justo e solidário, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Natalidade e bem-estar
Definir um plano estratégico nacional para a natalidade e longevidade
Garantir o acesso universal e gratuito às creches e ao pré-escolar, mobilizando os setores público, social e privado
Apoiar os jovens
Adotar o IRS jovem de forma duradora e estrutural, com uma redução de dois terços nas taxas atualmente aplicáveis, com uma taxa máxima de apenas 15%, dirigindo-se esta medida a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos
Criar um plano de ação nacional de atração de jovens portugueses que abandonaram o país nos últimos anos

Medidas de política pública por área de política
Reforçar a oferta de camas no ensino superior, seja por via de residências estudantis, seja por via do aproveitamento da capacidade instalada existente nos setores público, privado e social
Reformular os critérios de elegibilidade para estágios profissionais apoiados, de modo a reforçar esta resposta, nomeadamente a ligação com a empregabilidade direta dos jovens por parte das empresas e os níveis das bolsas praticadas e ainda melhorar a regulação dos estágios não apoiados, de modo a prevenir abusos
Isentar os jovens de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto de Selo
Viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço de aquisição da primeira casa por jovens através de uma garantia pública
Desporto e atividade física
Atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e rever a legislação estruturante
Elaborar um plano estratégico para a atividade física e desporto, com um novo modelo de coordenação de políticas de bem-estar/saúde
Apresentar um novo modelo de coordenação de políticas de bem-estar/saúde e qualidade de vida associados ao desporto
Ativar a Comissão Intersetorial para a Promoção da Atividade Física, com o objetivo de elaborar, operacionalizar e monitorizar um plano de ação nacional para a atividade física
Alargar a representação no Conselho Nacional do Desporto ao Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e Desporto, à Sociedade Portuguesa de Educação Física, de modo a reforçar o papel da disciplina e dos docentes de educação física no debate das políticas públicas para o desporto
Emprego e trabalho dignos, dinâmicos e competitivos
Aumentar o salário mínimo nacional para 1 000 euros em 2028
Isentar de contribuições e impostos os prémios de produtividade por desempenho no valor de até 6% da remuneração base anual (correspondendo, dessa forma, a um 15.º mês, quando aplicado)
Desenhar programas de *upskilling* e *reskilling* específicos consoante as necessidades de mercado identificadas, incluindo a possibilidade de mudança de carreira
Longevidade e intergeracionalidade
Reforçar gradualmente o valor do CSI numa trajetória orientada para que em 2028 os reformados em situações de maior fragilidade possam ter um valor de referência garantido de 820 euros, e tendo como objetivo a equiparação ao valor do salário mínimo nacional, na legislatura seguinte. Inclui ainda a eliminação dos rendimentos dos filhos para efeitos de exclusão do CSI por parte das pessoas idosas
Adotar um estatuto para a pessoa idosa, conseguindo prever um conjunto sistematizado de direitos e promover ações proativas visando um envelhecimento ativo, respeitado e valorizado por toda a sociedade
Promover cidades amigas do envelhecimento, em que os edifícios e espaços exteriores, os transportes e a mobilidade, a habitação e a participação social são desenhadas e pensadas numa lógica de promoção da intergeracionalidade.
Criar o programa de saúde prioritário para as demências
Medida a equacionar – Estudar a introdução de mecanismos de reforma parcial que facilitem a transição entre a vida ativa e a de pensionista
Segurança Social e apoios sociais
Criar a conta-corrente do contribuinte-beneficiário, enquanto instrumento que permitirá aos cidadãos ter informação fidedigna sobre o historial das suas contribuições para esquemas públicos de Segurança Social
Preparar uma lei de financiamento do setor social
Duplicar a consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%, de forma a aumentar a liberdade de escolha das portuguesas e dos portugueses e a reforçar o financiamento do setor social
Igualdade, diversidade, inclusão e combate a todas as formas de discriminação e violência
Reforçar os mecanismos de fiscalização da desigualdade salarial entre homens e mulheres

Medidas de política pública por área de política
Rever o enquadramento legal atualmente existente em matéria de paridade entre homens e mulheres nos órgãos de administração de empresas públicas e sociedades cotadas, bem como nos cargos dirigentes da administração pública
Prevenir e reduzir a violência doméstica e de género e melhorar e reforçar a rede de apoios às vítimas
Transpor a diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, e rever a legislação existente com vista a um tratamento mais equitativo das vítimas de diversas formas de violência
Reforçar a resposta de salas de apoio à vítima nas esquadras da Polícia de Segurança Pública e postos da Guarda Nacional Republicana para acolhimento de casos de maus-tratos a crianças e vítimas de violência doméstica

3. Um país mais rico, inovador e competitivo

A materialização deste desafio estratégico implica alcançar um conjunto de objetivos como a aceleração da produtividade, através de reformas estruturais para o efeito, o aumento dos salários (em particular o salário mínimo nacional); a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho (IRS) e sobre as empresas (IRC), o combate à pobreza e precariedade, a criação de emprego sustentável e qualificado, a eficiência na afetação de recursos humanos num mercado de trabalho dinâmico e o investimento em capital humano.

De igual modo, será promovida uma maior abertura da economia ao exterior, a densificação e qualificação das cadeias de valor nacionais, a reindustrialização, a atração de parceiros e fornecedores especializados e investimento estruturante, o aumento do valor acrescentado das exportações de base industrial promovendo os princípios ambientais, sociais, e de governança (ESG), o estímulo à capacitação tecnológica através dos Centros de Tecnologia e Inovação e atingir a primeira linha da inovação e da transformação digital.

Para o setor do turismo é estabelecido como objetivo a criação de uma nova agenda que assegure a sua sustentabilidade económica, ambiental, social e cultural, bem como a definição de novas metas, num espírito de cooperação com todos os parceiros de modo a aumentar a competitividade. E, para a economia do mar, o objetivo é criar, desenvolver e aprofundar as condições necessárias para a sua gestão integrada, sustentada e sustentável. Em ambas as áreas da economia, o objetivo estratégico assumido é garantir a previsibilidade na utilização dos fundos europeus, assegurando que o Estado honra os prazos contratualmente definidos.

Para a educação são definidos como objetivos estratégicos: a modernização do sistema de ensino, a valorização da carreira de professor, um novo modelo de autonomia e gestão (financeira, pedagógica e recursos humanos), para as escolas, a oferta de serviços de apoio à primeira infância (creches e ensino pré-escolar) sem custos para as famílias. Ao nível do ensino superior, constitui um objetivo o fortalecimento da autonomia das instituições e a avaliação/revisão dos instrumentos legislativos fundamentais do ensino superior, incluindo a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico

das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Adicionalmente, pretende-se que o investimento em educação, cultura e ciência se reflita no aumento da riqueza do país.

Especificamente, no âmbito da cultura, os objetivos são: o reforço do financiamento que garantirá a sua representatividade nos diversos territórios do país, desburocratizando e flexibilizando estruturas e modelos de gestão, a promoção da democratização do seu acesso e a sua internacionalização.

Os objetivos estratégicos do desafio: um país mais rico, inovador e competitivo; incluem-se em dois domínios de política: um país com melhores salários, menos impostos, mais economia e um país de educação, de cultura e de ciência para inovar. Estes comportam diversas áreas de política para as quais se apresenta um conjunto de medidas de política pública, vertidas na *Tabela 2*.

Tabela 2 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais rico, inovador e competitivo, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Valorização dos salários, redução de IRS e retenção e captação de talento
Redução do IRS para os contribuintes até ao 8.º escalão, através da redução de taxas marginais entre 0,5 e 3 pontos percentuais face a 2023, com enfoque na classe média
Adoção do IRS jovem de forma duradora e estrutural, com uma redução de dois terços nas taxas de 2023, tendo uma taxa máxima de 15% aplicada a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos (medida também referida no capítulo 2)
Isenção de contribuição e impostos sobre os prémios de desempenho até ao limite equivalente de um vencimento mensal
Obrigação legal de atualização dos escalões e tabelas de retenção em linha com a inflação e o crescimento da produtividade
Transformar custos de contexto em oportunidades
Reduzir as taxas de IRC, começando com a redução gradual de dois pontos percentuais por ano, enquadrada na transposição para a ordem jurídica nacional dos trabalhos em curso, ao nível da OCDE e da UE, relativas à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na união, que se destina a assegurar a tributação efetiva dos lucros a uma taxa de 15%
Promover a eliminação, de forma gradual, da progressividade da derrama estadual e da derrama municipal em sede de IRC, assegurando, no caso da última, a compensação, através do Orçamento do Estado, da perda de receita para os municípios
Promover a competitividade da economia portuguesa, através da redução dos custos de cumprimento das obrigações fiscais, de uma forte simplificação fiscal, do reforço da estabilidade tributária e de uma reformulação da justiça tributária
Aplicar princípios de *only once*, para que entidades públicas não solicitem documentos e informações que estão na posse de outras entidades públicas
Medida a equacionar – Rever o regime dos avales pessoais exigidos pelas instituições financeiras e que na prática destroem a responsabilidade limitada das empresas (e/ou a sua capacidade de financiamento e tomada de risco), como sucede em outros países europeus
Internacionalização das empresas e atração de investimento estrangeiro
Criar na AICEP mais Unidades Especializadas de captação de investimento direto estrangeiro, com a missão de identificar a nível internacional empresas com planos de investimento passíveis de serem feitos em Portugal (modelo semelhante ao que permitiu a captação da Autoeuropa, entre outros investimentos relevantes para Portugal)

Medidas de política pública por área de política
Organizar a revisão dos estatutos da AICEP e a definição de um novo modelo de financiamento para dar sustentabilidade, estabilidade e previsibilidade à gestão da Agência, dotando-a de maior capacidade para captação de investimento direto estrangeiro, com a missão de identificar a nível internacional empresas com planos de investimento passíveis de serem feitos em Portugal
Criação de um regime de "Validação prévia de Investimento" para atrair investimento privado, sobretudo Investimento Direto Estrangeiro, incluindo através de um regime fiscal e de incentivos
Flexibilizar mais a aplicação e utilização dos diferentes instrumentos de apoio à capitalização e à recapitalização
Medida a equacionar – Rever as técnicas de *screening* de mercados e de empresas com potencial para investir
Medida a equacionar – Estudar um programa específico (com medidas fiscais e não-fiscais) para a captação de grandes projetos industriais e aproveitamento do movimento global de reorganização das cadeias de valor e *nearshoring.*
Financiamento e crescimento empresarial
Reforçar as linhas de crédito à exportação, tendo em vista a expansão e aumento das exportações das empresas portuguesas para novos mercados de produtos de valor acrescentado
Lançar o Programa Capitalizar +, de apoio à transição geracional e à valorização de ativos empresariais, com quatro dimensões de intervenção: reforço continuado dos mecanismos de tratamento fiscal privilegiado do reforço de capitais em relação ao financiamento por capitais alheios; revisão do contrato de mandato do Banco Português de Fomento visando adequar os instrumentos de acesso ao capital e quase capital às necessidades das empresas; programa de transição geracional das empresas familiares; e programa dirigido a ganhos de escala, fusões e aquisições e à recuperação de ativos
Simplificar e tornar mais atrativo o regime fiscal associado a operações de reestruturação e fusão empresarial
Medida a equacionar – Linha de coinvestimento para *start-ups* e capital de risco: Criação de um fundo para investimento híbridos de capital (títulos convertíveis) disponíveis para fundos de capital de risco, aceleradoras, *business angels* e *corporate ventures* que pretendam reforçar o capital e assegurar uma almofada financeira para empresas em carteira, muitas vezes impossibilitadas de aceder ao crédito bancário em condições acessíveis
Medida a equacionar – Ponderar formar alternativas de financiamento e capturar as melhores práticas internacionais de sucesso.
Inovação, empreendedorismo e digitalização
Criar uma Estratégia Digital Nacional, com uma visão, objetivos, indicadores e prazos claros, um orçamento e uma estrutura de governação específicos, envolvendo todas as partes interessadas relevantes dos setores público, privado e da sociedade civil
Incentivar investimentos em tecnologias digitais que promovam a criação de emprego em setores que carecem de elevado nível de formação e competências especializadas, garantindo a formação e requalificação de trabalhadores e a adaptação da organização do trabalho às novas tecnologias
Constituir uma bolsa de apoios de doutorandos nas empresas, assegurando cruzamento com as *TestBeds* e *Digital Innovation Hubs*
Medida a equacionar – Acompanhar e aprofundar o Livro de Reclamações, hoje disponível nos formatos físico, eletrónico e móvel, como instrumento crucial da política pública de defesa do consumidor, assegurando que o mesmo constitui uma base para a indemnização e não apenas para aplicação de eventual coima
Indústria, turismo, comércio, serviços e consumidores
Concretizar a Agenda do Turismo para o Interior
Iniciar o processo de revisão da Lei n.º 33/2013 no quadro de consolidação e autonomia das Entidades Regionais de Turismo, face ao processo de assunção de novas competências pelas comunidades intermunicipais, resultante do processo de descentralização em matéria da promoção turística
Aumentar o recurso a meios alternativos de resolução de litígios de consumo
Mar

Medidas de política pública por área de política
Rever o quadro regulatório do turismo marítimo, no sentido de colmatar falhas e potenciar um melhor desenvolvimento do setor, em particular o quadro dedicado às atividades marítimo-turísticas
Retomar a Conta Satélite do Mar, recolhendo, analisando e publicando dados atualizados sobre a Economia do Mar
Aumentar o investimento nas infraestruturas base necessárias à facilitação e estímulo de acesso ao Mar e nas regiões ribeirinhas das embarcações de pequeno porte e artes de pesca
Conclusão e avaliação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo e aprovação de Planos de Afetação, no sentido de preservar o equilíbrio e a renovação das espécies marinhas, e compatibilizar os diferentes usos e atividades
Fundos europeus
Estabelecer o prazo de 60 dias para análise de candidaturas e de 30 dias para pedidos de pagamento (à exceção dos apoios no âmbito do PEPAC)
Reforçar os recursos humanos na EMRP: contratação de novos elementos para a Estrutura de Missão Recuperar Portugal; criação de uma bolsa de técnicos, de forma a ultrapassar acréscimos de trabalho do PRR, que se verifica nos beneficiários diretos do PRR
Promover a colaboração com as Instituições de Ensino Superior e recorrer a soluções de IA para acelerar a análise de candidaturas e pedidos de pagamento, quer no PRR, quer no PT2030 e no PEPAC
Reforço da coordenação técnica entre as várias áreas governativas para articulação dos trabalhos conducentes à concretização da execução do PRR e do PT2030
Aumentar a transparência das decisões de atribuição de fundos, ampliando os instrumentos de divulgação, bem como reforçar os meios de fiscalização e mecanismos de controlo da correta aplicação dos fundos europeus, alargando canais de denúncia e reforçando as fiscalizações no local
Aumentar a previsibilidade da abertura de concursos para cofinanciamento de investimentos com fundos europeus.
Educação e formação
Iniciar a recuperação integral do tempo de serviço congelado dos professores, a ser implementada, à razão de 25% ao ano
Revisão da carreira e do regime de avaliação de docente
Implementar o A+A, “Aprender Mais Agora”, um plano de recuperação da aprendizagem que realmente permita aos alunos construir um caminho de sucesso escolar. O A+A incluirá recursos adequados para o apoio aos alunos nas escolas, a capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias, assim como o reforço de créditos horários e o investimento em recursos educativos digitais de apoio ao estudo
Ciência, ensino superior e inovação
Reorganizar as agências de financiamento como organismos independentes do Governo, visando a autonomia da Ciência & Inovação
Desburocratizar as relações institucionais entre o ministério da tutela, a DGES, a FCT, a A3ES e outras
Adequar e reforçar os programas de bolsas de estudo e apoios financeiros à real situação socioeconómica dos estudantes e a capacidade de resposta de serviços de apoio psicológico e de saúde mental das instituições de ensino superior (IES)
Avaliar o reforço dos incentivos fiscais para empresas que investem em programas de I&D em parceria com as IES
Dinamizar um programa de apoio ao registo de patentes e de outra propriedade intelectual das empresas portuguesas a nível internacional – Europa, EUA, Ásia
Cultura
Celebrar contratos-programa com as fundações e instituições culturais do Ministério da Cultura, que recebem subvenções públicas, com enfoque no serviço educativo/ensino artístico, através de residências artísticas e bolsas de curta duração

Medidas de política pública por área de política
Assegurar, até ao final da legislatura, a gratuitidade do acesso a museus e monumentos nacionais, bem como centros de ciência, para jovens até aos 25 anos
Mapear a totalidade do território, auscultando os diversos intervenientes para definir estratégias culturais de desenvolvimento promotoras de coesão social e territorial a nível local e sub-regional, que incluem o apoio a estruturas e a revisão do regime de apoio às orquestras regionais, bem como definir uma estratégia nacional para apoiar e estimular projetos de inventariação, criação, circulação e mediação artística
Rever modelos de gestão e legislação, de forma a garantir o funcionamento das instituições e das diversas instâncias patrimoniais, permitindo designadamente assegurar medidas de salvaguarda do património, como a inventariação, a classificação, a monitorização, a conservação e o restauro, a prevenção de riscos, envolvendo as comunidades locais, as organizações da sociedade civil, as empresas e as instituições internacionais
Preparar e consensualizar, com a devida antecedência, os programas de celebração de datas com elevado significado histórico nacional, em particular, entre outros, a celebração dos 500 Anos de Luís Vaz de Camões, os 100 Anos de Carlos Paredes e, ainda durante a legislatura, dos 900 Anos da batalha de São Mamede (1128), referência fundadora da nacionalidade

4. Um país com um Estado mais eficiente

Este desafio abrange uma série de objetivos estratégicos fundamentais que vão desde a garantia do equilíbrio orçamental e da redução da dívida pública, à adequação da organização, funcionamento e política de recursos humanos da administração pública (AP), capacitação de serviços públicos, implementação de práticas modernas de gestão, coerência entre as políticas de emprego público, carreiras, remunerações, condições de trabalho, proteção social, desenvolvimento profissional e avaliação de desempenho dos trabalhadores; até à necessidade de corrigir as assimetrias existentes no acesso aos serviços públicos através da desconcentração, descentralização e autonomia das estruturas da AP.

Na área da saúde, os objetivos são: cumprir a garantia constitucional de acesso universal a cuidados de saúde, utilizando, para o efeito, todos os meios públicos, privados e sociais; motivar e apoiar os profissionais de saúde; diminuir a carga de doenças; adaptar as respostas do sistema ao envelhecimento demográfico; reforçar a autonomia das instituições com práticas de gestão avançadas; e promover a partilha de responsabilidades para um autocuidado mais ativo e autónomo das pessoas e comunidades.

Os objetivos estratégicos atrás expostos distribuem-se por dois domínios de política pública: um país com equilíbrio económico e orçamental e um país com serviços públicos de excelência. Também estão orientados para várias áreas de política, que, por sua vez, concentram um conjunto de medidas de política pública apresentadas na *Tabela 3*.

Tabela 3 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Equilíbrio orçamental e redução da dívida
Garantir o pagamento de faturas a 30 dias pelo Estado
Reforma das finanças públicas e do Estado
Elaborar um quadro de referência orçamental de médio prazo
Criar um portal da transparência orçamental;
Implementar o Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas (SNC-AP) e a orçamentação por programas
Setor Empresarial do Estado
Assegurar que em todas as empresas relevantes o reporte inclui as obrigações de serviço público e as compensações que a empresa recebe do Estado para o cumprir, bem como informação de natureza não-financeira (e.g. ambiental, social e governança), em cumprimento com os princípios e requisitos da Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade e na linha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU
Assegurar a publicação do Relatório sobre o Cumprimento das Práticas de Bom Governo da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização (UTAM)
Introduzir critérios objetivos de avaliação da administração, incluindo o desempenho e responsabilização na obrigação de prestação do serviço público
Administração pública
Concentrar as entidades da administração central num único local, promovendo a partilha de recursos e serviços
Desenvolver um modelo efetivo de medição de resultados e de satisfação pelos seus utilizadores que permita a avaliação do sistema e do Serviço Nacional de Saúde
Saúde de qualidade para todos
Propor o Plano de Emergência do SNS e o seu modelo de implementação, nos primeiros 60 dias do mandato
Definir um Plano Plurianual de Investimentos para o SNS, que visa modernizar tecnologicamente as suas unidades, qualificar as suas infraestruturas, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta do SNS nas suas valências fundamentais e contribuir para a motivação dos profissionais e humanização dos cuidados de saúde
Criar um Ecossistema Nacional de Dados em Saúde, implementar o Registo de Saúde Eletrónico (RSE) suportada numa política de Digital e Inteligência Artificial (IA) sustentada, incrementando o acesso aos meios digitais, potenciando, nomeadamente, a teleconsulta
Avaliar, o modelo de gestão e o desempenho das Unidades Locais de Saúde (ULS), com particular destaque para as que integram hospitais universitários e concretizar Sistemas Locais de Saúde flexíveis com participação de entidades públicas, privadas e sociais
Impulsionar um *cluster* de inovação em saúde capacitado para o reforço da inovação clínica como fator determinante da transformação da saúde. Desenvolver e acelerar os Centros Académicos Clínicos em projetos de I&D+I com impacto nos resultados de saúde dos doentes e na conceção/validação e produção industrial de bens e produtos
Reforma da organização, governação e prestação do setor público
Desenvolver os centros de competências de excelência de apoio ao Governo que agreguem ou coordenem os vários recursos e gabinetes de estudos e prospetiva, de avaliação de políticas públicas, e serviços especializados como os jurídicos e de compras públicas, com vocação de substituir a abundante e onerosa contratação de serviços técnicos externos
Criar uma *task force* de eliminação de burocracias desnecessárias em diálogo com cidadãos e empresas
Criar uma Rede Pública de Gestores dos Clientes Empresariais, que seja também um Balcão ou Ponto Único, com interface também digital (e-balcão), baseado no conceito de *one-stop-shop*, onde os investidores e

Medidas de política pública por área de política
empresários podem tratar de todos os assuntos relacionados com a empresa: laborais, licenças, fiscalidade, segurança social, entre outros
Capacitação da administração pública
Definir uma política de recursos humanos de médio prazo para cada entidade e implementação de planos individuais de desenvolvimento de carreira para os trabalhadores em funções públicas
Modernizar os sistemas de atualização e progressões das carreiras gerais, visando a criação do suplemento remuneratório de desempenho
Modernização, simplificação e desburocratização do Estado
Elaborar um novo programa matricial de desburocratização e modernização da administração pública e de infraestruturas públicas, que visa promover eficiência interna, bem como eliminar redundâncias e passos inúteis na relação da administração pública com o cidadão e com a empresa
Criar gabinetes especializados em inovação dentro das instituições públicas, atribuindo-lhes a responsabilidade de identificar e implementar práticas inovadoras na gestão, tramitação processual e melhoria da prestação de serviços
Aumentar a interconexão de dados entre a Autoridade Tributária, Segurança Social e Instituto de Registos e Notariado, nomeadamente no registo de agregados, estado civil e morada, passando a ser o único canal de comunicação de dados

5. Um país mais democrático, aberto e transparente

No âmbito deste desafio estratégico, estabelecem-se vários objetivos estratégicos, como é o caso da democratização da reforma da justiça, cuja implementação se pretende eficaz e promotora da integridade e transparência na governação, a responsabilidade política, a prevenção e o combate à corrupção, incluindo à fraude e à evasão fiscal, e a prossecução de uma justiça célere, eficaz e transparente, a qual garanta a confiança dos cidadãos, investidores e agentes económicos.

No campo da comunicação social e combate à desinformação propõe-se a defesa da verdade, transparência, pluralidade e responsabilidade no espaço público, a resposta aos efeitos nocivos provocados pelas notícias falsas, a proteção de direitos e deveres dos cidadãos e meios de comunicação social (CS), a promoção da educação e literacia mediática, bem como a garantia da pluralidade, independência e sustentabilidade da CS, em benefício de uma cidadania informada, que aumente o nível de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, nos *media* e nos agentes políticos.

Em termos de segurança e proteção civil, além do reforço da confiança dos cidadãos nas forças de segurança (FS) pretende-se promover a dignificação das carreiras através da valorização profissional e remuneratória e pela recuperação da atratividade destas profissões. Além disto, importa inverter os dados de sinistralidade rodoviária, de modo a convergir com a média europeia, e a garantir serviços de proteção civil eficazes, que contribuam para a segurança e o bem-estar das comunidades.

Por fim, salienta-se o objetivo de cumprimento dos compromissos nacionais de financiamento, dos investimentos públicos nas regiões autónomas.

Decorrem destes objetivos estratégicos distribuídos por várias áreas de política, um conjunto de medidas de política pública reunidas na *Tabela 4*.

Tabela 4 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais democrático, aberto e transparente, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Transparência e combate à corrupção
Regulamentar o *lobbying*: definindo os conceitos, os princípios, os procedimentos, e as sanções aplicáveis à atividade de influência junto dos decisores públicos, criando um registo obrigatório e público de lobistas e de entidades representadas
Implementar a "Pegada Legislativa do Governo", através da publicação no seu portal na internet, de modo acessível, das várias etapas de cada processo legislativo e regulamentar do executivo
Justiça
Reformar a jurisdição administrativa e fiscal, a partir dos contributos já existentes
Alterar a legislação processual penal no sentido de combater a formação dos chamados megaprocessos, que entorpecem a ação dos tribunais e se arrastam frustrando a aplicação de uma justiça eficaz e célere
Reformar os regimes de insolvência, com alteração de paradigma nos regimes de insolvência e recuperação de empresas
Comunicação social e combate à desinformação
Criar um Plano de Ação para os Media, de forma a dar resposta aos problemas estruturais e conjunturais decorrentes das profundas mudanças tecnológicas, da configuração da nova oferta de conteúdos, da crise nas cadeias de produção e da violação de direitos de consumidores e empresas
Rever a Lei de Imprensa, ouvindo as empresas do setor, de forma a corrigir o seu anacronismo face às profundas transformações da sociedade e do impacto das plataformas digitais
Encorajar os meios de comunicação regionais e locais
Reforçar o papel, a independência e a eficácia da regulação e supervisão e reforçar o papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social na fiscalização e na sanção de práticas de desinformação e de manipulação da informação
Manter a posição maioritária do Estado na Agência Lusa, contribuindo para um serviço público de informação de rigor, seriedade e qualidade
Desenvolver uma estratégia nacional de educação e de literacia mediática, que promova o desenvolvimento de competências críticas, analíticas e criativas dos cidadãos, em relação aos meios de comunicação e à informação
Segurança e proteção civil
Proceder à dignificação das carreiras
Rever o modelo organizativo das forças de segurança, adequando-a à nova realidade territorial
Executar o quadro plurianual de investimentos nas forças de segurança (FS), nomeadamente em equipamentos (e.g. novos equipamentos, como *body cameras* ou sistemas de videovigilância), formação (incluindo em direitos fundamentais), especialização e instalações, reforçando, nomeadamente, a execução dos investimentos financiados por Fundos Europeus (e.g. PRR e Portugal 2030) e apostando na transição digital das FS
Melhorar as condições de acolhimento das vítimas e denunciantes de crimes, designadamente nos casos de violência doméstica, de violência sexual, de violência contra menores ou contra idosos (medida também referida no capítulo 2)
Dotar o Centro Nacional de Cibersegurança de recursos adequados às necessidades presentes e futuras (desde logo, combater o cibercrime e as ameaças híbridas) e reforçar a sua cooperação com o Serviço de Informações de Segurança

Medidas de política pública por área de política
Implementar, de forma progressiva, em todos os corpos de bombeiros, a profissionalização da primeira intervenção, garantindo o socorro de emergência 24 horas durante todos os dias do ano
Adotar um modelo de contratualização plurianual com as entidades detentoras de Corpos de Bombeiros, através de contratos-programa, bem como de um plano de regularização das dívidas aos Corpos de Bombeiros, garantindo um prazo de pagamento de 30 dias
Implementar um Plano Estratégico Plurianual de Investimento para Reequipamento dos Corpos de Bombeiros
Implementar a estratégia nacional de combate à sinistralidade rodoviária
Promover o policiamento de proximidade e de visibilidade, com necessário aumento de efetivos, viaturas caracterizadas e fardamentos
Promover a análise e tratamento céleres das queixas dos cidadãos, possibilitando um tratamento mais rápido dos processos de investigação
Regiões Autónomas: insularidade, solidariedade e autonomia regional
Atualizar a lei de finanças regionais
Atualizar a repartição de competências, designadamente sobre o espaço marítimo
Atualizar algumas das condições de prestação de serviços públicos no território das regiões autónomas.

6. Um país mais verde e sustentável

No âmbito deste desafio, assumem-se como objetivos estratégicos a compatibilização da competitividade com os objetivos ambientais e climáticos, a proteção e a valorização dos recursos naturais e a construção de uma sociedade mais justa, próspera e sustentável através da implementação do Pacto Ecológico Europeu. Salientam-se ainda, o atingir da neutralidade carbónica até 2050 e o reforço da aceleração da transição energética competitiva e sustentável que traga benefícios para os cidadãos e para a economia.

A gestão sustentável da água inclui como objetivos a eficiência hídrica (redução de perdas reais, perdas de abastecimento e quantidade de água não faturada), a modernização do setor e do regadio como fonte de desenvolvimento económico e de adaptação às alterações climáticas. Realça-se ainda, a reforma do setor dos resíduos e a aceleração da economia circular, mobilizando os cidadãos para perfis de consumo mais sustentáveis e comportamentos de prevenção e separação de resíduos mais ativos.

Também foram definidos objetivos de adaptação do território à tendência de subida do nível da água do mar, compatibilização de uso do solo com as atividades económicas, intuito que visa salvaguardar os recursos naturais, a criação de riqueza, emprego e bem-estar social, a conservação da natureza e biodiversidade e uma governação ambiental mais transparente e eficaz. Pretende-se que o setor agroflorestal, contribua para a diminuição do perigo e risco dos incêndios rurais, e tal como nos setores das pescas e da agricultura potencie a utilização dos fundos europeus, gerando o aumento de rendimento dos produtores florestais, pescadores e agricultores e contribuam para a autonomia estratégica da UE.

Para a coesão territorial e descentralização, garante-se o planeamento dos grandes investimentos e infraestruturas no domínio económico, social e natural, bem como o planeamento do uso do solo orientado para a satisfação das necessidades de habitação, em respeito pelas regras ambientais.

No respeitante à mobilidade e infraestruturas, constituem-se como objetivos o impulso ao transporte ferroviário de mercadorias, a promoção de uma nova relação entre este e o de passageiros, uma adequada intermodalidade e a descarbonização dos demais meios de transporte.

Quanto aos objetivos das políticas de habitação, salientam-se a melhoria do acesso à habitação, garantindo o aumento da oferta (arrendamento e aquisição) a preços acessíveis, e a criação de cidades sustentáveis que não excluam ninguém (integradoras).

Um país mais verde e sustentável engloba os seus objetivos estratégicos em dois domínios de política: um país com de desenvolvimento sustentável e de transição climática e um país com melhores infraestruturas e habitação para todos. Estes estão também orientados para várias áreas de política que por sua vez, reúnem um conjunto de medidas de política pública que se apresentam na *Tabela 5*.

Tabela 5 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais verde e sustentável, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Ambiente
Elaborar o Plano Estratégico "Água que Une", cujo objetivo é desenvolver uma rede de infraestruturas que permita gerir, armazenar e distribuir de forma eficiente a água
Desenvolver um Programa de Ação para a Digitalização Integral do Ciclo da Água prevendo medidas e investimentos para modernizar a gestão dos recursos hídricos numa lógica de transformação tecnológica
Promover uma reforma legislativa, incluindo a revisão da Lei da Água e de diplomas setoriais conexos
Desenvolver programas específicos para reduzir as perdas reais de água nas redes de abastecimento
Desenvolver programas específicos para aumentar a utilização de águas residuais tratadas
Medida a equacionar – A avaliação de novas necessidades de dessalinização, procurando mitigar os custos económicos do preço da água através de medidas conexas no âmbito energético
Implementar uma política regenerativa na gestão de resíduos em prol de uma economia circular
Implementar o funcionamento de novos fluxos específicos de resíduos em linha com o princípio da responsabilidade alargada do produtor
Atualizar o Plano Estratégico para os Biorresíduos e criar condições para que a recolha seletiva e sua valorização seja operacionalizada em todo o território nacional
Criar o Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040, prevendo intervenções estruturais e investimentos continuados num contexto em que se intensificam os fenómenos climáticos extremos
Criar um Programa de Restauro e Revitalização de Zonas Estuarinas destinado a intervenções integradas de adaptação às alterações climáticas, regeneração urbana, mobilidade sustentável e valorização territorial (Programa FOZ)
Concluir os Programas da Orla Costeira (POC) em falta e avaliar os progressos dos Planos de Execução dos POC em vigor para assegurar a sua efetiva implementação
Avaliar a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, identificando necessidades de revisão e atualização
Concluir a elaboração dos Programas Especiais de Áreas Protegidas

Medidas de política pública por área de política
Promover a recuperação de áreas classificadas como Monumento Natural, bem como da Rede Nacional de Geoparques e dos sítios de interesse geológico
Apostar na valorização dos serviços dos ecossistemas e na implementação de novos instrumentos neste domínio
Elaborar o Plano Nacional de Restauro da Natureza, acautelando as especificidades nacionais e as atividades implicadas, a redução de riscos induzidos e a necessidade de investimentos que remunerem de forma equilibrada os proprietários pelos serviços prestados pelos ecossistemas
Colocar um maior foco nas políticas de proximidade no apoio ao bem-estar animal, assegurando condições para que a administração local e outras entidades possam ter uma ação mais eficaz, dispondo dos recursos adequados
Rever, clarificar e reforçar a legislação que penaliza o abandono e os maus-tratos a animais de companhia
Desenvolver uma campanha nacional de sensibilização contra o abandono de animais que seja mais eficaz na indução de comportamentos responsáveis
Assegurar que a revisão dos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) contribui efetivamente para um desenvolvimento regional sustentável face às preocupações ambientais
Incentivar novos projetos e iniciativas na área da inteligência territorial, contribuindo para uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e para a prevenção de riscos
Avaliar o sistema de planeamento em vigor, fazendo um ponto de situação da aplicabilidade dos diversos instrumentos e regimes ligados ao ordenamento do território e ao planeamento ambiental e garantindo que aspetos como a adaptação às alterações climáticas e a proteção dos recursos naturais são devidamente salvaguardados e integrados nos planos territoriais
Criar o Programa de Modernização da Avaliação de Impacte Ambiental – AIA 2.0, enquanto instrumento de apoio aos procedimentos administrativos, com recurso a tecnologias de inteligência artificial para maior transparência e celeridade das decisões
Implementar um Portal Único do Licenciamento com vista a assegurar a total transparência e integridade dos processos de licenciamento, com a sua digitalização integral
Premiar os municípios que mais contribuem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal
Rever e reforçar os critérios de afetação de receitas e de controlo, monitorização e avaliação dos resultados, de forma a garantir uma maior eficácia
Dar maior visibilidade aos concursos lançados, bem como à divulgação de benefícios e de resultados
Analisar as conclusões da auditoria realizada às contas do Fundo Ambiental pelo Tribunal de Contas e adotar as devidas recomendações
Assegurar a revisão dos instrumentos de planeamento, em especial do Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030) e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)
Regulamentar e implementar diversos aspetos da Lei de Bases do Clima
Dinamizar iniciativas no âmbito da sensibilização ambiental e da cidadania ativa que contribuam para um maior envolvimento das gerações mais jovens no combate às alterações climáticas
Uma transição energética competitiva e sustentável
Criar condições para que projetos no domínio das energias renováveis possam ter uma concretização célere e efetiva, por via da operacionalização da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis (EMER 2030)
Apostar na dinamização e estabilização das regras dos mercados de longo prazo da eletricidade e do gás e alinhar o âmbito do mercado regulado com as melhores práticas europeias
Apostar fortemente em eficiência energética, reforçando os programas de apoio dirigidos à habitação
Rever e reforçar a execução dos financiamentos ao abrigo do PRR e do PT2030 para intensificar os investimentos que contribuíam para a sustentabilidade e a segurança energética nacional
Incrementar a transição energética através da aposta na eólica *offshore*

Medidas de política pública por área de política
Agricultura, floresta e pescas
Incentivar o investimento privado na agricultura, floresta, pescas e aquicultura
Criar o Estatuto do Jovem Pescador enquanto agente de descarbonização, da digitalização e da preservação da biodiversidade marinha
Elaborar o Plano Estratégico "Água que Une", com o objetivo de desenvolver uma rede de infraestruturas que permita gerir, armazenar e distribuir de forma eficiente a água, nomeadamente a destinada à agricultura (medida também referida na área de política "ambiente". Medida incluída também neste capítulo na área de política: ambiente
Reprogramar o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027 (PEPAC 2023-2027), para melhorar o rendimento dos produtores, simplificar os procedimentos para os beneficiários e aumentar a previsibilidade
Desenvolver novos instrumentos financeiros para fomentar o investimento no setor agroflorestal, pescas e aquicultura
Reforçar as ações de internacionalização de produtos agrícolas nacionais, nomeadamente do vinho, em mercados externos, evidenciando a qualidade dos mesmos
Reforçar as ações de formação profissional tendo em conta as necessidades e especificidades do território, qualificando e atraindo a mão de obra para os setores
Medida a equacionar – Estudar a criação de um fundo mutualista e a disponibilização de um seguro de colheita
Coesão territorial e descentralização
Consolidar e dar um novo impulso ao sistema de transferência de competências para as autarquias locais, nas diversas áreas de descentralização, assegurando meios financeiros, incentivos, garantia de qualidade, mecanismos de monitorização, coesão territorial e igualdade de oportunidades
Avaliar e rever o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, tendo em conta o reforço das suas competências próprias
Alargar a Cooperação Técnica e Financeira para a prossecução de projetos de grande relevância para o desenvolvimento regional e local
Implementar o Programa Mais Freguesias que capacite as juntas de freguesia e permita a valorização das infraestruturas e equipamentos sob a sua responsabilidade
Valorizar os territórios de baixa densidade, designadamente através da requalificação da cobertura com internet fixa e móvel de alta velocidade
Avaliar e rever a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
Avaliar a execução da Agenda para o Território – PNPOT –, concluir a revisão e elaboração dos Programas Regionais de Ordenamento do Território e garantir a conclusão dos procedimentos de alteração ou revisão dos Planos Diretores Municipais; Fomentar a aprovação de planos estratégicos de desenvolvimento local
Mobilidade, infraestruturas e comunicações
Garantir a execução dos principais investimentos estratégicos que integram o Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)
Dar início com a maior brevidade possível à construção do novo aeroporto de Lisboa e garantir o aumento da capacidade do Aeroporto Humberto Delgado
Iniciar com a maior brevidade possível a construção de outras infraestruturas indispensáveis, nomeadamente a ferrovia e o TGV (alta velocidade)
Iniciar a realização de estudos para a terceira travessia do Tejo
Eliminar custos de contexto, no âmbito do transporte ferroviário de mercadorias, nomeadamente, limitações na formação de pessoal e das condições de operação
Medida a equacionar – A avaliação da criação de incentivos à conversão energética para veículos de transporte de passageiros

Medidas de política pública por área de política
Medida a equacionar – A eventual necessidade de revisão de forma articulada entre os Governos da República e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira em termos do transporte marítimo de passageiros e mercadorias
Medida a equacionar – A Avaliação do modelo em vigor da Tarifa Social de Internet
Medida a equacionar – A promoção do acesso e utilização dos combustíveis sustentáveis para a aviação
Habitação: reformas para resolver a crise
Assegurar a implementação das medidas que integram a nova Estratégia para a Habitação, incluindo a revogação de medidas do programa Mais Habitação, tais como o arrendamento forçado, os congelamentos de rendas, a contribuição extraordinária sobre o alojamento local e a caducidade das licenças anteriores ao referido programa
Disponibilizar apoios públicos e estímulos transitórios para fazer face às situações mais prementes de carência e falta de acessibilidade habitacional
Criar um programa de parcerias público-privadas para a construção e reabilitação em larga escala, quer para habitação geral, quer para alojamento de estudantes ou de profissionais deslocados
Aplicar o IVA à taxa mínima de 6% nas obras e serviços de construção e reabilitação
Isentar os jovens de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto de Selo (medida também referida no capítulo 2)
Viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço da aquisição da primeira casa por jovens através de uma garantia pública (medida também referida no capítulo 2)
Medida a equacionar – Desenvolvimento do mecanismo de seguro de renda e a criação de incentivos à adoção, incluindo dedutibilidade do prémio de seguro ao rendimento tributável do arrendamento

7. Um país mais global e humanista

No âmbito deste desafio, em termos de política externa e decorrentes dos compromissos internacionais, assumidos por Portugal no contexto da UE, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da ONU, destacam-se os seguintes objetivos: a afirmação da importância do projeto europeu, o reforço da contribuição portuguesa para a construção europeia, o robustecimento do espaço lusófono e das relações com os países de língua portuguesa, a intensificação das relações transatlânticas, a defesa do multilateralismo e o reforço do papel de Portugal nas organizações internacionais.

Em concreto, o posicionamento do país no seio da CPLP explica a singularidade nacional e distintiva de Portugal em relação aos restantes Estados-membros da UE, tendo uma função crucial na promoção da cooperação, na ajuda ao desenvolvimento e na diplomacia cultural, pois é o meio natural de fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais.

Em relação à diáspora são objetivos estratégicos, o reforço dos vínculos com essas comunidades e o seu acompanhamento de modo a sinalizar as pessoas em maiores dificuldades ou em risco, investindo, para isso, em recursos humanos/tecnológicos da rede diplomática e consular e abrindo embaixadas e postos consulares. No regresso da diáspora, pretende-se que a mesma contribua com as suas novas ideias, formas de trabalhar e implementar processos que podem ser eficazes para o aumento da

produtividade e dos salários em Portugal. O regresso dos mais qualificados também promoverá o empreendedorismo, a inovação e as sinergias produtivas com os nacionais residentes.

Paralelamente, Portugal tem como objetivos de política promover uma imigração regulada, humanista, flexível na sua execução, orientada para as necessidades do mercado de trabalho, sem deixar de considerar os benefícios demográficos e sociais. Também com a revisão das regras de entrada fronteiriças, Portugal volta a estar em linha com os países europeus do Espaço Schengen, o que contribuirá para resolver os problemas de regularização de imigrantes e dos sistemas de informação; recuperar o atraso na implementação dos sistemas europeus de controlo de fronteiras, melhorar as condições de acolhimento e assegurar condições para uma plena integração das comunidades migrantes, combatendo todas as formas de discriminação.

Quanto à política de defesa nacional, destacam-se os objetivos estratégicos de coordenar e sincronizar os ciclos de planeamento de efetivos, investimento, orçamentos, treino e aprontamento de forças com o planeamento do seu emprego. Constituem ainda objetivos: o reforço de incentivos aos militares contratados, a promoção da justiça e reconhecimento para com os antigos combatentes, as capacidades de ciberdefesa e a promoção de uma indústria de defesa competitiva, que envolva as empresas nacionais em consórcios de investigação, desenvolvimento e produção nas áreas da defesa, potenciando encomendas de equipamentos e de material das Forças Armadas (FA).

Um país mais global e humanista abrange com os seus objetivos estratégicos várias áreas de política cuja concretização em medidas de política pública se apresenta na *Tabela 6*.

Tabela 6 - Medidas de política pública relativas ao desafio estratégico: um país mais global e humanista, por área de política

Medidas de política pública por área de política
Política Externa
Promover a candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biénio 2027- 2028
Promover a candidatura da língua portuguesa como língua oficial da ONU, no horizonte até 2030
Comunidades portuguesas e lusofonia
Contribuir para uma maior credibilização do Conselho das Comunidades Portuguesas e para o fomento dos níveis de participação política dos portugueses residentes no estrangeiro
Estudar a reorganização do atual modelo de agendamento de atos consulares, ao mesmo tempo que se procurará aproveitar as potencialidades do Consulado Virtual, da Chave Móvel Digital e das Permanências Consulares
Valorizar a carreira diplomática em todas as suas dimensões, incluindo a dinamização da vertente de diplomacia económica, bem como dos respetivos trabalhadores da rede diplomática e consular
No âmbito do Acordo sobre a Mobilidade da CPLP implementar as melhorias necessárias aos procedimentos, garantindo verdadeiro humanismo e celeridade administrativa
Valorização da diáspora
Criar um serviço de apoio ao emigrante (com presença *online*) com o objetivo de promover a informação e assim a integração mais próxima das redes de emigração portuguesa na vida nacional
Apostar no desenvolvimento da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (Gabinetes de Apoio ao Emigrante 2.0) e fomentar a criação dos Conselhos da Diáspora junto dos Municípios e dos Governos Regionais dos

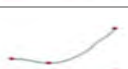
Medidas de política pública por área de política
Açores e da Madeira. Ainda neste domínio, o Governo apostará na melhoria de condições do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, do Plano Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora e do Programa Regressar
Recuperar os Encontros para a participação, do Programa de formação de dirigentes associativos, das ações destinadas à Mulher Migrante, do Programa “Talentos Culturais” e da ligação à rede de Câmaras e Associações Empresarias no Exterior
Migrações
Avaliar a reestruturação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), de forma a corrigir falhas legais, operacionais e de conflito de competências, priorizando a criação de um Processo Urgente de Resolução dos cerca de 400 mil processos/pedidos pendentes
Revisão do regime das autorizações de residência para que se baseiem em contratos de trabalho previamente celebrados ou através de um visto de procura de trabalho, extinguindo o designado procedimento das Manifestações de Interesse (artigos 88.º e 89.º, nos respetivos números 2 e outros, da Lei n.º 23/2007, de 04 de julho)
Adoção de intervenções urgentes nas infraestruturas, sistemas informáticos e bases de dados do controlo de fronteiras existentes e recuperação do sério atraso na implementação dos novos sistemas de controlo de fronteiras de entrada e saída (fronteiras inteligentes) e o Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem – ETIAS (European Travel Information and Authorisation System)
Construir novos Centros de Instalação Temporária (CIT) e aumento da capacidade dos espaços existentes
Criar uma equipa multiforças de fiscalização para combater abusos relacionados com permanência ilegal, tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal, exploração laboral e violação de direitos humanos dentro do território nacional
Criar a Unidade de Estrangeiros e Fronteiras (UEF) na PSP, atribuindo-lhe as competências do controlo de fronteiras, de retorno (hoje na AIMA) e de fiscalização em território nacional
Defesa Nacional
Manter e reforçar a participação em missões internacionais com Forças e Elementos Nacionais Destacados (FND e END), no âmbito das organizações internacionais OTAN, ONU e UE
Dignificação das carreiras, promovendo a valorização dos militares, encetando um processo de negociação para a melhoria significativa das condições salariais em geral, de forma a garantir a retenção e o recrutamento de voluntários necessários para atingir os efetivos autorizados
Projeção de soluções de aproveitamento de património edificado, nomeadamente para efeitos de rentabilização, nos termos da LIM, e respostas ao défice de alojamento em meio militar
Promover uma indústria de defesa competitiva a nível europeu e internacional, reforçando o investimento, garantindo a aplicação da LPM e os recursos existentes, contemplando igualmente o investimento em capacidades de ciberdefesa, reequipamentos, materiais e modernização das instalações militares
Avaliar a natureza e o aumento dos apoios que são concedidos aos antigos combatentes
Reconhecimento/levantamento e salvaguarda do património subaquático, nomeadamente pela participação da Marinha
Aperfeiçoamento dos mecanismos de reinserção dos militares na vida civil, bem como a ponderação do alargamento do apoio social complementar aos militares em regime de voluntariado, contrato e contrato especial
Promoção de atividades de produção e de prestação de serviços, formação e conhecimento associados ao Espaço, em parceria com países aliados com experiência neste domínio, como os EUA, o Reino Unido ou outros Países europeus
Reforçar a cooperação no domínio da defesa
Perspetivar uma estratégia integrada de gestão de crises e ameaças híbridas, interministerial e intersetorial

Anexo

Indicadores de contexto por desafio estratégico

Os indicadores de contexto fornecem informação agregada e atualizada de natureza diversa – social, económica, ambiental, territorial ou outra – relevante para enquadrar e fundamentar as principais orientações contidas em cada um dos desafios estratégicos das GO 2024-2028: um país mais justo e solidário (1P+JS), um país mais rico, inovador e competitivo (1P+RIC), um país com um Estado mais eficiente (1PE+E), um país mais democrático, aberto e transparente (1P+DAT), um país mais verde e sustentável (1P+VS) e um país mais global e humanista (1P+GH). Estes indicadores são apresentados nos *Quadro 5, Quadro 6, Quadro 7, Quadro 8, Quadro 9 e Quadro 10*.

Quadro 5 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico: um pais mais justo e solidário

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Um país mais justo e solidário			Evolução indicador PT
			2010	2015	2023	
Esperança de vida à nascença		Ano	80,10	81,30	82,40	
Taxa bruta de natalidade		%	9,20 (2011)	8,20	8,00	
Taxa de emprego da população com idade entre 20 e 64 anos		%	66,70 (2011)	67,90	78,20	
Disparidades salariais entre homens e mulheres (não ajustado)		%	12,80	16,00	12,50 (2022)	
Anos de vida saudável aos 65 anos		Ano	6,40	6,10	7,90 (2021)	
Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais)		%	17,90	19,50	16,40 (2022)	
Emigrantes permanentes de nacionalidade portuguesa		N.º	21 726	39 847	29 523 (2022)	
Remuneração média mensal de base	25-34 anos	€	812,2	791,21	997,28 (2021)	
	55-64 anos	€	1 036,92	1 027,11	1 108,45 (2021)	
Praticantes inscritos em federações desportivas		N.º	522 433	566 366	686 214 (2022)	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); EUROSTAT

Nota: "-" Dado não disponível

Quadro 6 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico:
um país mais rico, inovador e competitivo

Indicadores de contexto	Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
		2010	2015	2022	
Produtividade (PIB real por trabalhador) (*)	€	39 141	39 949	42 511 (2023)	
Rendimento disponível ajustado bruto das famílias *per capita*	€ (10^3)	16,41	16,57	21,42	
Indicador global de custos de contexto	1 - 5	3,04 (2014)	3,05 (2017)	3,09 (2021)	
Peso das exportações no PIB	%	30,10	40,60	47,40 (2023)	
Investimento direto do exterior (IDE) (excl. SPE)	€ (10^6)	-	1,40 (2019)	1,76 (2023)	
Autonomia financeira das empresas	%	30,15	31,26	40,06	
Índice de digitalização da economia e da sociedade (IDES) – integração das tec. digitais	0 - 100	-	6,60 (2017)	9,40	
Perfil inovador (*European Innovation Scoreboard*)	Classificação	-	85,20 (2016)	92,90 (2023)	
Proporção a despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB	%	1,54	1,24	1,70	
Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30 a 34 anos)	%	24,00	31,90	39,20 (2023)	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); Comissão Europeia; Banco de Portugal; EUROSTAT; DEGEC

Nota: (*) Cálculo com base em INE – Contas Nacionais; "-" Dados não disponível

Quadro 7 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2023	
Dívida pública em % do PIB		%	100,20	131,20	99,10	
Saldo das administrações públicas em % do PIB		%	-11,40	-4,40	1,20	
Índice de digitalização da economia e da sociedade (IDES) – serviços públicos digitais		0 - 100	-	12,40 (2017)	17,00 (2022)	
Proporção dos trabalhadores da administração pública	Ensino básico	%	28,80 (2011)	23,34	17,99 (2022)	
	Ensino secundário	%	23,18 (2011)	24,76	26,7 (2022)	
	Ensino superior	%	48,74 (2011)	50,91	55,31 (2022)	
Utentes com médico de família (%)	Norte	%	-	98,77 (2016)	97,57	
	Centro	%	-	97,27 (2016)	85,08	
	Lisboa e Vale do Tejo	%	-	83,31 (2016)	70,13	
	Alentejo	%	-	96,52 (2016)	82,12	
	Algarve	%	-	84,10 (2016)	77,65	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); Banco de Portugal; Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS); Comissão Europeia

Nota: "-" Dado não disponível

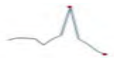
Quadro 8 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico:
um país mais democrático, aberto e transparente

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2023	
Tempo para a resolução processual	Cível	Dia	-	824	576	
	Laboral	Dia	-	234	243	
	Penal	Dia	-	227	233	
Pessoas que tendem a confiar	No Governo (*)	%	62,80	45,10 (2016)	47,60 (2024)	
	No sistema de justiça (**)	%	73,10	77,70 (2016)	82,80 (2024)	
	Na polícia (**)	%	82,40	84,30 (2016)	60,30 (2024)	
	Nos media (***)	%	-	56,70 (2017)	68,60 (2024)	
Número de acidentes de viação com vítimas		N.º	-	36 297	34 276 (2022)	
Proporção de superfície ardida		%	1,60	0,80	1,20 (2022)	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); EUROSTAT; Eurobarómetro

Notas: (*) Foram consideradas as edições do Eurobarómetro seguintes: 74.2, 76.3, 78.1, 80.1, 82.3, 84.3, 85.2, 87.3, 89.1, 91.5, 93.1, 95.3, 97.5, 99.4 e 101.3; (**) Foram consideradas as edições do Eurobarómetro seguintes: 74.2, 82.3, 85.2, 87.3, 89.1, 91.5, 93.1, 95,3, 97.5, 99.4 e 101.3; (***) Foram consideradas as edições do Eurobarómetro seguintes: 87.2, 89.1, 91.5, 93.1, 95.3, 97.5, 99.4 e 101.3; "-" Dado não disponível

Quadro 9 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico: um país mais verde e sustentável

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2022	
Contribuição das energias renováveis no consumo final bruto de energia		%	24,20	30,50	34,70	
Proporção de resíduos urbanos para reutilização e reciclagem		%	25,30 (2012)	36,10	38,00 (2020)	
Emissão dos principais gases com efeito de estufa (protocolo de Quioto 2.ª fase) – Total (sem itens) (*)		kt CO_2 eq.	63 133,5	64 540,4	50 502,8 (2021)	
Proporção de superfície regada na superfície agrícola irrigável		%	87,00 (2013)	87,00 (2016)	90,00 (2019)	
Proporção de superfície das zonas de intervenção florestal (continente)		%	9,10 (2011)	10,30	21,00	
Distribuição modal do transporte de passageiros	Autocarros	%	6,50	5,80	5,70 (2021)	
	Comboios	%	4,40	4,20	2,90 (2021)	
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação		%	4,20	9,10	5,00	
Água não faturada nos sistemas em baixa (**)		%	18,7	30,10	27,10	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); EUROSTAT; Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Nota: (*) São considerados itens do mesmo, o transporte e armazenamento de CO2, a aviação e navegação internacionais e as operações multilaterais; (**) Água não faturada nos sistemas em baixa dá uma indicação da eficiência hídrica e perdas no sistema, sendo positiva a sua redução; "-" Dado não disponível

Quadro 10 - Indicadores de contexto associados ao desafio estratégico: um país mais global e humanista

Indicadores de contexto		Unidade de medida	Portugal			Evolução indicador PT
			2010	2015	2022	
Proporção de exportações de bens de alta Tecnologia		%	3,07 (2011)	3,81	5,18	
Exportações + importações com países CPLP (*)		€ (10^6)	7 178,81	9 372,50	11 185, 30 (2023)	
IDE de países CPLP (*)		€ (10^6)	2 914	5 180	6 516 (2023)	
Participação eleitoral dos inscritos nos círculos Europa e Fora da Europa	Presidenciais	%	5,54 (2011)	4,69 (2016)	1,88 (2021)	
	Legislativas	%	16,94 (2011)	11,68 (2015)	21,56 (2024)	
	Europeias	%	-	2,09 (2014)	0,96 (2019)	
Despesa com defesa no PIB		%	1,90	1,00	0,70	
Número de efetivos nas Forças Armadas		N.º	34 514 (2011)	29 178	23 316 (2023)	

Fonte: EUROSTAT; Ministério da Administração Interna (MAI); Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP); Banco de Portugal

Nota: (*) Cálculo com base em Banco de Portugal; "-" Dado não disponível

Metas e instrumentos de planeamento por desafio estratégico

Os objetivos estratégicos das Grandes Opções 2024-2028 estão alinhados com as metas estratégicas de alguns instrumentos de planeamento a serem atingidas no horizonte temporal das GO ou num horizonte temporal mais alargado. Incluem ainda um conjunto de instrumentos de planeamento que estão em execução, que deverão ser objeto de revisão ou que serão ainda elaborados.

Nos *Quadro 11, Quadro 12, Quadro 13, Quadro 14, Quadro 15* e *Quadro 16* apresentam-se, respetivamente, as metas estratégicas e os instrumentos de planeamento que servem cada um dos seis desafios estratégicos: 1P+JS, 1P+RIC, 1PE+E, 1P+DAT, 1P+VS e 1P+GH das Grandes Opções 2024-2028.

Quadro 11 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país mais justo e solidário

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
GO 2024-2028	Alcançar o top 10 do ranking de felicidade medido pelo *World Hapiness Report* do *Active Ageing Index* e *AgeWatch Index*	2028		
GO 2024-2028	A expetativa de vida saudável aos 65 anos passar de 8 para 12 anos	2028		
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Reduzir a taxa de pobreza monetária para o conjunto da população para 10%, o que representa uma redução de 660 mil pessoas em situação de pobreza	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Reduzir para metade a pobreza monetária no grupo das crianças, o que representa uma redução de 170 mil crianças em situação de pobreza	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Reduzir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores pobres, o que representa uma redução de 230 mil trabalhadores em situação de pobreza	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Aproximação do indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Reduzir a prevalência de inatividade física da população portuguesa com 15 anos ou mais, estimada em 48,1% em 2019, em pelo menos 10%, até 2030	2030	Adotado	
Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025			Adotado	Intercalar e final
Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão			Adotado	Intercalar e final
II Plano Nacional para a Juventude (II PNJ)			Adotado	
Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND)			Adotado	Intercalar e final
Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade			Adotado	Em momento

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
				não definido
Planos de Ação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”			Adotado	Final
Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD)			Adotado	Intercalar e final
Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025			Adotado	Final
Programa Regressar			Adotado	
Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)			Adotado	Final
Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento (ENIPSSA 2017-2024)			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 (ENDC)			Adotado	
Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030			Adotado	
Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026			Adotado	
Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar			Adotado	
Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF)			Adotado	
Programa Nacional para a Saúde Mental			A rever	
Plano Estratégico Nacional para a Natalidade e Longevidade			A elaborar	
Plano de Ação Nacional de Atração de Jovens Portugueses que Abandonaram o País			A elaborar	
Plano Estratégico para a Atividade Física e Desporto			A elaborar	
Plano Estratégico Plurianual de Segurança e Saúde no Trabalho			A elaborar	
Plano de Ação Nacional de Formação para Cuidadores Informais			A elaborar	
Plano Estratégico de Retenção em Portugal dos Jovens Estrangeiros que Vieram Estudar nas Universidades e Institutos Politécnicos Portugueses			A elaborar	
Plano de Ação Nacional de Apoio aos Jovens com Deficiência na Transição da Escola para o Mercado de Trabalho			A elaborar	
Plano Estratégico de Inclusão para Pessoas com Doenças Degenerativas			A elaborar	

Quadro 12 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país mais rico, inovador e competitivo

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
GO 2024-2028	Aproximação ao valor de 3% do PIB de investimento (público e privado) em Investigação e Desenvolvimento	2028		
GO 2024-2028	Aproximação a uma percentagem acima de 50% de adultos entre os 25-34 anos com diploma de ensino superior	2028		
GO 2024-2028	Aproximação a uma percentagem de cerca de 65% de estudantes e recém-diplomados a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral	2028		
GO 2024-2028	Aumentar em 50% o valor atribuído à Cultura no Orçamento do Estado	2028		
Programa Internacionalizar 2030	Exportações: 53% do PIB I Valores de partida 2019: 44% PIB	2030	Adotado	
Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)	Crescer em valor e crescer mais que os nossos principais concorrentes. Atingir 26 mil milhões € de receitas, o que representa um crescimento de 14 mil milhões € de 2017 a 2027, traduzindo-se numa Taxa de Variação Média Anual de 7%	2027	Adotado	Intercalar
Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030	Aumentar o contributo da economia do mar para 7% do VAB da economia nacional	2030	Adotado	Em momento não definido
Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão			Adotado	Intercalar e final
Programa de Ação de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas			A elaborar	
Programa de Ação de Apoio à Concentração e Fusão de Empresas Exportadoras			A elaborar	
Programa “Portugal sou Eu”			A rever	
Programa “Marca Portugal”			A rever	
Programa Capitalizar +			A elaborar	
Compete 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital			Adotado	Intercalar e final
Plano Estratégico Digital Nacional			A elaborar	
FITEC (Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular)			Adotado	
Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030			Adotado	Intercalar e final
CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa			Adotado	Final
Estratégia Nacional para os Semicondutores			Adotado	Em momento não definido
Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030			Adotado	Intercalar e final
Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro			Adotado	Intercalar
Portugal Espaço 2030			Adotado	
Mar 2030			Adotado	Intercalar e final
Plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030			Adotado	Em momento

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
				não definido
Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente			Adotado	Em momento não definido
Programa de Assistência Técnica 2030			Adotado	Intercalar e final
Plano 23|24 Escola+, plano de recuperação de aprendizagens			Adotado	Final
Programa A+A, “Aprender Mais Agora”			A elaborar	
Plano Nacional de Leitura 2027			Adotado	
Programa ERASMUS+ INTERIOR			A elaborar	
Programa «Saber-Fazer» / Estratégia nacional para as artes e ofícios tradicionais para os anos de 2021-2024			Adotado	Final
Programa de Ação de Apoio à Investigação Científica e à Inovação no e com o Setor Empresarial			A elaborar	
Programa de Ação de Apoio ao Registo de Patentes e de Outra Propriedade Intelectual das Empresas Portuguesas a Nível Internacional			A elaborar	
Plano Nacional de Cinema 2021-2030			Adotado	
Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual (2024-2028)			Adotado	Intercalar e final
Plano Nacional das Artes 2019-2024 (PNA)			Adotado	Final

Quadro 13 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública	100% de conjuntos de dados, de elevado valor UE, abertos disponíveis para reutilização e valorização pela sociedade através do dados.gov.pt de elevado valor UE	2026	Adotado	
Plano Nacional de Saúde (PNS)	Reduzir a taxa de mortalidade padronizada prematura (inferior a 75 anos) — valor a alcançar por 100 000 habitantes, por: Todas as causas de morte [HM: 315,0; H: 458,0; M: 196,4]	2030	Adotado	Intercalar e final
Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026)	95% de instituições prestadoras de cuidados de saúde com planos de formação anuais multiprofissionais na área da segurança do doente	2026	Adotado	Intercalar e final
Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral 2021-2025	Percentagem de utilização de cheques-dentista e referenciação para HO aos 10 anos: 62%	2025	Adotado	Intercalar
Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Alcançar uma proporção de cobertura geográfica (por Unidade Funcional de cuidados de saúde primários) de 100%, para os Programas de rastreio do cancro da	2030	Adotado	

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
	mama, cancro do colo do útero e cancro do cólon e reto			
Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Alcançar uma proporção de cobertura populacional superior a 95% nos Programas de rastreio do cancro da mama, cancro do colo do útero e cancro do cólon e reto	2030	Adotado	
Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030	Garantir o acesso, em tempo útil, a cirurgia oncológica nos tempos máximos de resposta garantida no SNS, para toda a população elegível	2030	Adotado	
Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública			Adotado	
Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030			Adotado	Intercalar e final
Programa Nacional para a Diabetes			Adotado	Intercalar
Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Inverno 2022			Adotado	Final
Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Verão 2022			Adotado	Final
Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores			Adotado	
Plano Estratégico de Saúde Oral			A elaborar	
Plano Estratégico de Saúde Mental Comunitária			A elaborar	
Plano Estratégico Matricial de Desburocratização e Modernização da Administração Pública e de Infraestruturas Públicas			A elaborar	

Quadro 14 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país mais democrático, aberto e transparente

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030	Incêndios com mais de 500 ha abaixo de 0,3% do total de incêndios	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Anticorrupção 2020-2024			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027			Adotado	Intercalar e final
Plano de Ação para os *Media*			A elaborar	
Plano Estratégico Nacional de Educação e de Literacia Mediática			A elaborar	
Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Integrada de Segurança Urbana			Adotado	Em momento não definido
Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023			A rever	Intercalar e final

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030			Adotado	
Programa Nacional de Ação do PNGIFR			Adotado	Intercalar
Plano Estratégico Plurianual de Investimento para Reequipamento dos Corpos de Bombeiros			A elaborar	

Quadro 15 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)	Perdas reais de água em baixa não superiores a 90 l/(ramal.dia) em zonas urbanas e a 3 m3/(km.dia) em zonas rurais	2030	Adotado	
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030)	Reduzir a produção de resíduos, de modo que em 2030 se produzam 13,6 Mt, ou seja, menos 2,3 Mt do que o produzido em 2018 (15,9 Mt)	2030	Adotado	Intercalar e final
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	Linha de costa continental em situação crítica de erosão - 10% (2030)	2020, 2030	Adotado	
Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030)	Reduzir 55% as emissões de gases com efeito de estufa, por referência às emissões registadas no ano de 2005	2030	A rever	
Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030)	Incorporar 49% de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia	2030	A rever	
Grandes Opções 2024-2028	Alcançar preços da energia inferiores aos da média da União Europeia para a indústria e consumidores em geral	2028		
Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050	População a viver em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida: 10% em 2030, 5% em 2040 e <1% em 2050 (17,5% em 2020)	2030, 2040, 2050	Adotado	Intercalar
Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 "Terra futura"	Aumentar o valor da produção agroalimentar em 15%	2030	Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais, de modo que a média móvel de 10 anos de povoamentos florestais ardidos face à área total de floresta – a calcular anualmente no período entre 2018 e 2030 – não seja superior a 0,8%	2018-2030	Adotado	Intercalar
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030	Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 3% em 2025 e de 7,5% em 2030	2025, 2030	Adotado	Intercalar e final
Programa Nacional de Habitação (2022-2026)	Reforço progressivo do parque habitacional público (incluindo a habitação com apoio público), de 2% para 5%, tendo em vista uma aproximação gradual à média europeia	2026	Adotado	Intercalar
Plano Nacional da Água			A rever	
Plano Estratégico “Água que Une”			A elabora	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e			Adotado	Intercalar e final

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030) – Tomo I				
Plano de Ação para a Digitalização Integral do Ciclo da Água			A elaborar	
Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025			Adotado	Intercalar e final
Plano de Ação para a Economia Circular 2023-2027 (PAEC II)			A elaborar	
Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC)			Adotado	
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)			Adotado	Intercalar e final
Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos 2030 (PERNU 2030)			Adotado	Intercalar e final
Plano Estratégico para os Biorresíduos			A elaborar	
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)			Adotado	
Plano de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040			A elaborar	
Programa de Restauro e Revitalização de Zonas Estuarinas (Programa FOZ)			A elaborar	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)			A rever	Intercalar e final
Plano Nacional de Restauro da Natureza			A elaborar	
Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho			A elaborar	
Plano de Ação Nacional para Combate à Acidificação do Oceano			A elaborar	
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)			Adotado	
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem			Adotado	
Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 (ECO360)			Adotado	Intercalar e final
Programa de Modernização da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA 2.0)			A elaborar	
Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)			A rever	Intercalar e final
Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)			Adotado	
Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas			Adotado	
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2024 (PANCD)			Adotado	Em momento não definido
Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE)			Adotado	
Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)			Adotado	Intercalar e final

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Plano Estratégico Nacional de Armazenamento de Energia			A elaborar	
Plano Nacional para o Radão			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO)			Adotado	
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027)			Adotado	Intercalar e final
Plano de Armazenamento e Abastecimento Eficiente de Água para a Agricultura			A elaborar	
Estratégia Nacional para programas operacionais sustentáveis de organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas			Adotado	
Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais (ENPPC)			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)			Adotado	Intercalar
Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA)			Adotado	
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP)			Adotado	Em momento não definido
Mar 2030			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030)			Adotado	Em momento não definido
Plano de Ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030			Adotado	Em momento não definido
Plano Estratégico da Pequena Pesca			Adotado	Final
Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente			Adotado	Em momento não definido
Programa de Valorização do Interior (PVI)			Adotado	
Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes (ENTI)I			Adotado	Em momento não definido
Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)			Adotado	
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa 2020-2030 (ciclável + pedonal)			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2020-2030			Adotado	Intercalar e final

Quadro 16 - Metas estratégicas e instrumentos de planeamento associados ao desafio estratégico: um país mais global e humanista

Instrumento de planeamento	Meta Estratégica	Horizonte temporal	Situação	Avaliação
Grandes Opções 2024-2028	2% do PIB em Defesa	2030		
Programa Internacionalizar 2030	Exportações: 53% do PIB	2030	Adotado	
Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030			Adotado	Intercalar e final
Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração - FAMI 2030			Adotado	Intercalar e final
Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações			Adotado	
Plano de ação nacional de atração de jovens portugueses que abandonaram o país			A elaborar	
Programa Regressar			Adotado	
Plano Estratégico de atração, acolhimento e integração de imigrantes			A elaborar	
Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023 -2033			Adotado	Intercalar e final
Estratégia Nacional de Ciberdefesa			Adotado	
Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas			Adotado	
Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade			Adotado	Em momento não definido
Conceito Estratégico de Defesa Nacional			A rever	
Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar			Adotado	
Roteiro de Formação e Educação Estratégica para a Segurança e Defesa Nacional			A elaborar	

Programação dos investimentos por desafio estratégico

O financiamento previsto para cada um dos desafios estratégicos das Grandes Opções 2024-2028 será atingido em parte pela execução de investimentos cuja programação se apresenta nos *Quadros 17 a 22*, respetivamente. Esses investimentos são os programados à data de elaboração das GO 2024-2028 e que abrangem fundos nacionais como os provenientes do Orçamento do Estado, entre outros, e fundos europeus, como os do Plano de Recuperação e Resiliência, os relativos ao Acordo de Parceria Portugal 2030 e os demais fundos europeus.

Quadro 17 - Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico: um país mais justo e solidário

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país mais justo e solidário	1 132	1 240	1 369	987	975	5 703	X	X	X	

Quadro 18 - Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico: um país mais rico, inovador e competitivo

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país mais rico, inovador e competitivo	2 756	3 857	4 113	2 604	2 344	15 674	X	X	X	

Quadro 19 - Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico: um país com um Estado mais eficiente

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país com um Estado mais eficiente	647	688	779	163	146	2 424	X	X	X	

Quadro 20 - Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico: um país mais democrático, aberto e transparente

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país mais democrático, aberto e transparente	62	157	115	0	0	333		X		

Quadro 21 - Programação dos investimentos associados ao desafio estratégico: um país mais verde e sustentável

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país mais verde e sustentável	4 690	6 981	9 194	6 417	6 070	33 353	X	X	X	X

Quadro 22 - Programação dos investimentos associados aos desafio estratégico: um país mais global e humanista

Programação plurianual do desafio (M€)							Indicativo da fonte de financiamento			
Desafio	2024	2025	2026	2027	2028	Total	Nacionais	PRR	PT 2030	Outras f. europeias
Um país mais global e humanista	121	154	151	10	10	446		X	X	

Quadro plurianual das despesas públicas

O Quadro Plurianual das Despesas Públicas (QPDP) apresenta a despesa total da Administração Central e da Segurança Social não consolidada, considerando todas as fontes de financiamento que suportam a despesa. O financiamento nacional inclui a receita de impostos e o financiamento europeu que provém dos fundos europeus. O QPDP é apresentado através dos quadros: *Quadro 23, Quadro 24* e *Quadro 25*, respetivamente com os limites de despesa por missão de base orgânica, a projeção de receitas por fonte de financiamento e a variação percentual dos limites de despesa por missão de base orgânica.

Quadro 23 - Limites de despesa por missão de base orgânica

Limites de Despesa por Missão de Base Orgânica (milhões de euros)					
Missões de Base Orgânica	**OE 2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
001 – Órgãos de soberania	6 874	7 554	7 730	8 004	8 278
002 – Governação	1 903	2 032	1 908	1 932	1 918
02 – Presidência do Conselho de Ministros	929	1 031	999	1 020	1 039
05 – Coesão Territorial	974	1 001	908	912	879
003 – Representação Externa	541	585	576	585	595
004 – Finanças	26 159	30 006	25 784	25 067	24 493
005 – Gestão da Dívida Pública	137 720	178 766	183 487	184 095	184 621
006 – Defesa	2 909	3 123	3 134	3 167	3 217
007 – Justiça	2 490	2 414	2 617	2 657	2 651
008 – Segurança Interna	2 759	3 232	3 064	3 123	3 175
009 – Educação	7 702	7 833	7 703	7 878	8 036
010 – Ciência e Inovação	5 932	6 388	5 730	5 672	6 030
011 – Saúde	42 337	44 764	44 446	45 526	46 697
012 – Infraestruturas e Habitação	11 095	9 177	10 077	10 791	11 049
013 – Economia	5 381	7 264	3 740	3 751	3 722
014 – Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	32 846	34 991	35 911	37 297	38 499
015 – Ambiente e Energia	3 134	3 206	2 719	2 709	2 717
016 – Juventude e Modernização	125	220	96	97	99
017 – Agricultura e Pescas	1 922	2 450	1 950	2 028	1 959
018 - Cultura	674	824	567	497	564
Total AC	**292 503**	**344 828**	**341 237**	**344 876**	**348 320**
Total AC (sem PO – Gestão da Dívida Pública)	**154 783**	**166 062**	**157 750**	**160 781**	**163 699**
Segurança Social (SS)	64 400	82 167	83 032	85 556	87 724
Total AC + SS	**356 904**	**426 996**	**424 269**	**430 432**	**436 044**
Total AC+SS (sem PO – Gestão da Dívida Pública	**219 183**	**248 229**	**240 782**	**246 337**	**251 423**

Fonte: Ministério das Finanças, Anexo II da Lei das Grandes Opções 2024-2028.

Quadro 24 - Projeção de receitas por fonte de financiamento

Projeção de Receitas por Fonte de Financiamento (milhões de euros)					
Fonte de Financiamento	**OE 2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Receitas de Impostos	242 478	292 421	297 007	299 953	303 393
Fundos Europeus	10 319	11 792	6 172	6 308	6 109
Outras	104 106	122 783	121 090	124 172	126 542
Total AC + SS	**356 903**	**426 996**	**424 269**	**430 432**	**436 044**

Fonte: Ministério das Finanças, Anexo II da Lei das Grandes Opções 2024-2028.

Quadro 25 - Variação percentual do limite de despesa por missão de base orgânica

Por memória **Variação Percentual do Limite de Despesa**				
Missões de Base Orgânica	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
001 – Órgãos de soberania	9,9%	2,3%	3,5%	3,4%
002 – Governação	6,8%	-6,1%	1,3%	-0,7%
02 – Presidência do Conselho de Ministros	11,0%	-3,1%	2,1%	1,8%
05 – Coesão Territorial	2,8%	-9,3%	0,4%	-3,6%
003 – Representação Externa	8,2%	-1,5%	1,6%	1,6%
004 – Finanças	14,7%	-14,1%	-2,8%	-2,3%
005 – Gestão da Dívida Pública	29,8%	2,6%	0,3%	0,3%
006 – Defesa	7,4%	0,4%	1,0%	1,6%
007 – Justiça	-3,0%	8,4%	1,5%	-0,2%
008 – Segurança Interna	17,1%	-5,2%	1,9%	1,7%
009 – Educação	1,7%	-1,7%	2,3%	2,0%
010 – Ciência e Inovação	7,7%	-10,3%	-1,0%	6,3%
011 – Saúde	5,7%	-0,7%	2,4%	2,6%
012 – Infraestruturas e Habitação	-17,3%	-9,8%	7,1%	2,4%
013 – Economia	35,0%	-48,5%	0,3%	-0,8%
014 – Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	6,5%	2,6%	3,9%	3,2%
015 – Ambiente e Energia	2,3%	-15,2%	-0,4%	0,3%
016 – Juventude e Modernização	75,9%	-56,3%	1,4%	1,1%
017 – Agricultura e Pescas	27,5%	-20,4%	4,0%	-3,4%
018 - Cultura	22,2%	-31,2%	-12,3%	13,5%
Total AC	**17,9%**	**-1,0%**	**1,1%**	**1,0%**
Total AC (sem PO – Gestão da Dívida Pública)	**7,3%**	**-5,0%**	**1,9%**	**1,8%**
Segurança Social (SS)	27,6%	1,1%	3,0%	2,5%
Total AC + SS	**19,6%**	**-0,6%**	**1,5%**	**1,3%**
Total AC + SS (sem PO – Gestão da Dívida Pública)	**13,3%**	**-3,0%**	**2,3%**	**2,1%**

Fonte: Ministério das Finanças, Anexo II da Lei das Grandes Opções 2024-2028.

Sínteses

As sínteses são publicações muito breves que sistematizam documentos, geralmente extensos e detalhados, elaborados pelo PLANAPP ou em colaboração com outras entidades.

1. Programa Nacional de Reformas 2022 - Síntese
2. Grandes Opções 2022-2026 - Síntese
3. Programa Nacional de Reformas 2023 - Síntese
4. SIBER: Padronizar informação estatística para melhorar a avaliação de impacto legislativo - Síntese
5. Grandes Opções 2023-2026 - Síntese
6. *Artificial intelligence for better regulation* (AI4IA@EU) - Relatório Síntese
7. Comércio inter-regional em Portugal - Síntese do relatório
8. Grandes Opções 2024-2028 - Síntese

www.planapp.gov.pt

PLANAPP

@planapp_

Newsletter

PLANAPP
Boas Políticas Públicas
Melhor Sociedade

PRR Plano de Recuperação e Resiliência
REPÚBLICA PORTUGUESA
Financiado pela União Europeia NextGenerationEU